

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Pressão alta

PT e governo concordaram pela aprovação da PEC após a retirada de emenda nº 5, que previa a realização de uma reforma da previdência nos municípios. Nos bastidores, deputados do PT diziam que, caso o texto fosse aprovado, valeria a reforma aprovada à época do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Além disso, os sindicatos não queriam a aprovação de forma alguma. Um parlamentar contou que recebeu mais de 100 telefonemas cobrando a retirada da emenda. O PT defende que cada município avalie se precisa realizar uma reforma para que os servidores não sejam prejudicados.

E o dinheiro do RS?

Durante a Comissão Especial para analisar os recursos enviados da União para o Rio Grande do Sul após a tragédia de 2024, voltou a crítica recorrente de que o dinheiro federal está parado nos cofres estaduais desde setembro do ano passado. Mas que a quantia não é usada porque o governo de Eduardo Leite não atualizou os projetos das obras após a catástrofe, impedindo a realização de licitações. “Desde setembro o governo já tinha a tarefa de atualizar os projetos, de 2013, 2014 e 2019 e até hoje não iniciou esse processo”, disse um dos membros.

Queixa antiga

A demora do governo estadual no uso de verbas federais para as vítimas das enchentes é uma queixa frequente do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), ex-ministro extraordinário pela reconstrução do RS.

Rumo ao STF

A reunião de conciliação entre os Poderes Legislativo e Executivo sobre o IOF realizada no Supremo Tribunal Federal não chegou a um entendimento. E a crise pode piorar com a possível judicialização de mais dois projetos: licenciamento ambiental e PEC 66. Tanto governistas quanto legendas de esquerda entendem que há flagrantes inconstitucionalidades nas propostas. Caso a discussão vá para o STF, é certo um novo tensionamento entre o governo e o Congresso Nacional.

PEC aumenta pressão sobre contas públicas

Muito criticada por aqueles que (ainda) defendem a austeridade fiscal, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que estabelece um novo regime para o pagamento de precatórios, avançou graças a acordos com a participação da bancada governista. Na Comissão Especial da Câmara, o relator da matéria e presidente do MDB, Baleia Rossi (SP), retirou emenda que tratava sobre reforma previdenciária nos municípios a fim de evitar a obstrução do PT e de aliados do Planalto.

Com esse gesto, o relator garantiu aprovação na Comissão Especial e o avanço rumo ao plenário.

Aprovada na Câmara na noite de ontem, a PEC também deve receber aval dos senadores nesta quarta-feira.

Onde mora o perigo/ Só há um porém: caso o texto seja aprovado como está, a União terá que pagar, além dos precatórios, mais de R\$ 1 trilhão em juros. Na prática, segundo parlamentares, essa medida resultará em um calote generalizado, com forte impacto nas contas públicas. O senador Carlos Portinho (PL-RJ), relator da PEC no Senado, foi até a Câmara pedir apoio do partido para destacar seu texto e votar em plenário. Nos bastidores, contudo, poucos acreditam que isso ocorrerá.



Suspensão relâmpago

Menos de uma semana após o bate boca que levou o deputado André Janones (Avante-MG) ser denunciado no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, os membros aprovaram a suspensão dele por 90 dias. Deputados de esquerda defenderam que o relator deveria investigar por mais tempo o caso, porque quatro páginas de relatório eram poucas e que havia indícios de uma possível tentativa de agressão ao deputado Janones por parte do deputado Cabo Gilberto (PL-PB).

Doutores brancos

Se a política de cotas raciais mudou a cara das universidades públicas, com a maior presença de estudantes negros nos cursos de graduação, o caminho acadêmico é mais restrito. “Pretos representam apenas 4,1% dos mestres e 3,4% dos doutores, enquanto pardos somam 16,7% e 14,9%, respectivamente. Os indígenas correspondem a apenas 0,23% das titulações de mestrado e 0,3% das de doutorado no período”, relata o levantamento do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), associação civil sem fins lucrativos supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

CNPJs endividados

Dados do Indicador de Inadimplência das Empresas divulgados pela Serasa Experian mostram que o endividamento corporativo bateu recorde em maio pelo quinto mês seguido. De acordo com a pesquisa, 7,7 milhões de empresas pagaram as contas em atraso. Esse número corresponde a 32,8% das empresas ativas no país. Em maio de 2024, o contingente era de 6,4 milhões.

Conta bilionária

O acúmulo da dívida está em R\$ 182,4 bilhões, o maior montante da série histórica iniciada em 2016. De acordo com os dados, cada CNPJ teve cerca de 7,3 contas negativas no mês, no valor médio de R\$ 3.255,40.

FALTA DE DECORO

Conselho de Ética pune deputado após supostas agressões a Nikolas Ferreira durante sessão plenária em 9 de julho

Janones suspenso por três meses

» WAL LIMA

Por 16 votos a 3, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados aprovou o relatório que impõe a suspensão cautelar do mandato do deputado André Janones (Avante-MG) pelo prazo de três meses. A representação, assinada pela Mesa Diretora da Câmara, foi motivada por condutas ocorridas na sessão plenária de 9 de julho, quando o deputado Janones proferiu ofensas e insultos durante pronunciamento do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), além de se envolver em confusão generalizada com parlamentares da bancada do PL.

O presidente do conselho, deputado Fabio Schiochet (União-SC), explicou que, como se tratava de uma medida cautelar, não caberia um pedido de vista por parte dos parlamentares presentes na sessão do colegiado. “O deputado André Janones foi suspenso por três meses. Ele pode recorrer ainda ao plenário. A gente ainda vai julgar, aqui no Conselho, o mérito da questão. Com um novo relator, ele pode ser suspenso novamente por até seis meses, o processo ser arquivado ou até mesmo ter o mandato dele cassado aqui no Conselho de Ética”, explicou Schiochet.

O relator do caso, deputado Fausto Santos Jr. (União-AM), afirmou que este foi o “primeiro remédio” para que os parlamentares possam respeitar o decoro parlamentar. “Sou relator somente da suspensão, não do mérito. O mérito terá um novo relator. E a gente fez um relatório que, a meu ver, buscou um equilíbrio, para que a gente pudesse tratar desse tema de forma serena, mas também de

Mario Agra / Câmara dos Deputados



Janones: deputado do Avante pode recorrer da suspensão no plenário

forma firme”, disse.

“[...] Dentro desses vídeos, ficou muito claro as ofensas proferidas pelo deputado André Janones ao deputado Nikolas Ferreira. É um comportamento lamentável, que a gente espera que não se repita dentro do parlamento”, expressou o parlamentar.

Momentos antes, a defesa de Janones, representada pelo advogado Lucas Marques, chegou a pedir a suspensão do parecer do deputado Fausto, alegando que não havia elementos que justificassem a punição. Alegou, ainda, que o processo tinha motivação política, carecendo de provas que sustentam a penalidade solicitada pela Mesa Diretora.

A defesa de Janones acusou parlamentares do Partido Liberal de agressões físicas ocorridas dentro do plenário. Segundo o deputado,

há vídeos que comprovam os ataques. O advogado classificou a suspensão de 90 dias recomendada pelo relator como “devassada e desproporcional”.

“Eles começaram a dizer que eu não filmaria o deputado Nikolas Ferreira. Me empurraram, começaram a me xingar. Depois, passei a levar socos e chutes. Isso está gravado”, denunciou o deputado. Ele disse ter entregue as imagens à Corregedoria da Câmara, ao Ministério Público Federal, à Polícia Civil, ao STF e à Procuradoria Parlamentar. Ele também foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) para realização de exame de corpo de delito.

“Não peço que acreditem em mim. Peço que assistam aos vídeos. Está tudo registrado. É uma violência que extrapola qualquer divergência política”, afirmou.



ASTRAL
CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

A SOLUÇÃO PARA AS PRAGAS DENTRO DE SUA CASA

COMERCIAL - INDUSTRIAL - RESIDENCIAL



- DESINSETIZAÇÃO;
- DESRATIZAÇÃO;
- DESCUPINIZAÇÃO;
- CONTROLE DE INSETOS ALADOS;
- LIMPEZA DE ESPELHOS D'ÁGUA;
- LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUAS POTÁVEL.



(61) 3364-4050